

# BRASIL: DESAFIOS PARA UMA HISTÓRIA AMBIENTAL

PÁGS.: 26-35

Paulo Henrique Martinez\*

*Este artículo busca identificar sentidos para el estudio del medio ambiente en una perspectiva temporal por parte de los historiadores; de qué manera los cambios sociales en el pasaje del siglo XX hacia el XXI tocaran a los objetos, métodos de investigación y a la enseñanza de Historia en distintas partes de mundo y en Brasil; los retos teóricos, las necesidades y las posibilidades de diálogo intelectual abiertos en las últimas décadas.*

*Palabras clave: Brasil, educación, historia, historia ambiental, medio ambiente, teoría.*

*Neste artigo busca identificar sentidos para o estudo do meio ambiente em perspectiva temporal pelos historiadores; como as mudanças sociais na passagem do século XX para o XXI tocaram os objetos e métodos da investigação e do ensino de História em diversas partes do mundo e no Brasil; os desafios teóricos, as necessidades e possibilidades de diálogo intelectual abertos nas últimas décadas.*

*Palavras-chave: Brasil, educação, história, história ambiental, meio ambiente, teoria.*

*This article aims to identify meanings related to the study of the environment under the time perspective by History researchers; as an illustration, since the social changes have happened through the passage of the XX to the XXI century, there were changed the objects and the methods of investigation, as well as the teaching of History in different parts of the world and areas in Brazil; in short, the article shows the theoretical challenges, the necessity and possibility of an scholar dialogue which was opened in the last decades.*

*Key words: Brazil, education, history, environmental history, environment, theory.*

ORIGINAL RECIBIDO: 17-XI-2004 – ACEPTADO: 31-I-2005

\* Doctor en Historia Social. Profesor Departamento de Historia, Facultad de Ciencias y Letras, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Assis, São Paulo, Brasil. E-mail: komoseclio@uol.com.br

A questão ambiental, em escala mundial, é historicamente nova. Entendida, aqui, como uma série de obstáculos culturais e materiais e de riscos concretos que se erguem diante da qualidade da vida humana e como um processo de extinção de espécies da fauna e da flora que contém inúmeras implicações de ordem sócio-econômica, a questão ambiental adquiriu uma grande importância nas últimas décadas. Os últimos cinquenta anos foram marcados por profundas alterações nas relações sociais e, logo, nas relações da sociedade humana com o mundo natural. Fenômenos como a contaminação do ar, das águas e dos solos, catástrofes naturais, doenças desconhecidas até pouco tempo, alterações no clima e nas paisagens, ameaças à biodiversidade, tornaram-se crescentes e desencadearam efeitos sobre a vida humana, para os quais são buscadas alternativas nos dias que correm. As preocupações para com o meio ambiente têm despertado atenções em diferentes partes do planeta e grupos sociais, configurando o que um geógrafo denominou como uma “ordem ambiental internacional” (Ribeiro, 2001).

A acumulação de capital tomou um forte impulso em escala mundial com o desenvolvimento técnico, científico, dos meios de comunicação e de transporte observado a partir da década de 1970. Na avaliação do geógrafo Milton

Santos, nessa busca da mais-valia global, os processos produtivos adquiriram um cunho extraterritorial que os autonomiza em relação aos controles locais e os faz indiferentes, não apenas às realidades locais, mas, também, às realidades ambientais (Santos, 2002: 253).

No Brasil, em decorrência desse cenário mais amplo, na segunda metade da década de 1990 as questões ambientais também ganharam maior visibilidade e materialidade. É o que podemos observar no caso



*Nevado Santa Isabel, Parque Nacional Natural de los Nevados. Colombia secreta, Villegas Editores. Foto: Andrés Hurtado*

do ensino, fundamental e médio, com a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais, desencadeando a necessidade de preparação profissional dos professores para a abordagem das problemáticas ambientais já nos cursos de graduação e licenciatura de disciplinas escolares, entre elas a História (Brasil, 2000). Outra manifestação, nesse sentido, foi a valorização da Educação Ambiental pela Política Nacional de Educação Ambiental (Lei 9.795, de 27 de abril de 1999)

no ensino formal, em uma perspectiva transversal, e não como disciplina específica, gerando também novas necessidades no campo do ensino e da aprendizagem. O meio ambiente ingressou nas agendas econômica, política, educacional e, agora mais intensamente, universitária. Estas mudanças sociais e as medidas governamentais lançaram os historiadores frente a um problema epistemológico que, se não lhes é totalmente novo, requer novo empenho analítico: a história do meio ambiente ou, em expressão mais sintética, a História Ambiental. Este é um desafio que os estudiosos do passado terão que enfrentar daqui para frente. Contudo, não é o primeiro, e também não é o maior, como espero deixar claro aqui.

Esta legitimação externa, que brota de demandas sociais concretas, embora necessária e bem vinda, não é suficiente para conferir sentido e validade ao trabalho do historiador.

Esta deve nascer da dinâmica interna à própria disciplina História, do instrumental teórico e metodológico que esta dispõe ou tem que forjar para empreender análises rigorosas e interpretações consistentes. A busca desse sentido e de sua validade constitui o objeto da reflexão que se desdobra nos itens seguintes, onde são abordadas as relações entre passado e presente e sociedade e natureza, os historiadores e o meio ambiente e algumas perspectivas da história ambiental

no Brasil, bem como sua pertinência na atualidade.

## Tempo e natureza

Neste início de século, observa-se uma grande demanda social pelo conhecimento histórico e, dentro deste, pela História Ambiental. As fontes desse interesse crescente pelo passado brotam, por um lado, de uma intensa e acelerada mudança social, que emana sobretudo de países industrializados do hemisfério norte, com os Estados Unidos à frente, nos quais a tecnologia ocupa novos espaços na esfera produtiva e nas relações sociais (Santos, 2000; Ianni, 1996; 1998). As comunicações em tempo real impactam diretamente sobre a relação entre passado e presente, produzindo a “história” ao vivo pela televisão e redes virtuais proporcionadas pela informatização do cotidiano. A separação e a distância do passado são cada vez menores. O passado parece-nos cada vez mais distante, ainda quando está muito próximo, em termos de tempo decorrido. Por outro lado, o gigantesco valor econômico que a biodiversidade foi adquirindo nos últimos anos, ampliado pelas ameaças reais de extinção de muitas formas de vida, inúmeras delas ainda desconhecidas e pouco estudadas, desperta atenções para o meio ambiente e para o relacionamento dos seres humanos com a natureza em diferentes épocas e sociedades.

As alterações na relação passado e presente, contraindo a distância temporal que os separa, e a progressiva destruição dos ecossistemas e das formas de organização social originárias de outros proces-

so históricos, alheios ao capitalismo, respondem em larga medida pelo aumento do interesse pelo conhecimento histórico observado nas duas últimas décadas, dentro e fora do Brasil (Hobsbawm, 2000; 2002).

Esta nova dinâmica da relação passado e presente, na qual os meios de comunicação eletrônica têm um importante papel, provoca uma sensação, bastante generalizada, de que estamos imersos e imobilizados no tempo presente. O que Remo Bodei denominou como um “esmagamento sob o presente” (Bodei: 77). Aqueles que militam em movimentos sociais, como os ambientalistas, por exemplo, frequentemente se deparam com dificuldades de mobilização decorrentes desta sensação de impotência e desestímulo que impera na sociedade. Surgem, então, inquietações sobre o que e como fazer para a população perceber a gravidade das questões sociais em geral, e das ambientais em particular. Como envolver a sociedade para a resolução de seus próprios problemas?

Acredito que inibições como a indiferença, desorganização e, até mesmo, hostilidade pela participação social, sobretudo no Brasil, sempre foram, e persistem, muito amplas, enormes. As dificuldades que indivíduos, grupos sociais e sociedades inteiras enfrentam na compreensão do mundo atual contribuem imensamente para esse quadro predominante de imobilismo e apatia. Também reforçam a impressão de um mundo caótico e desordenado, extremamente fragmentado, no qual ações individuais e coletivas têm poucas chances de alcançar os efeitos esperados e de-

sejados. Existe uma demanda na sociedade, e não apenas no Brasil, pela compreensão e esclarecimento do tempo presente. E os historiadores têm demonstrado vitalidade para esta labuta (Chaveau & Tétart, 1999). Na militância dos ambientalistas, assim como na daqueles que trabalham com a preservação e recuperação do patrimônio histórico, por exemplo, essa sensação de que o tempo presente aprisiona a tudo e a todos é muito forte e recorrente. Tanto quanto a perseverança admirável de muitos que não se deixam abater por esses obstáculos. O desprezo pelo passado e a indiferença quanto ao futuro, que a sociedade brasileira, em particular, parece nutrir secularmente, aproxima o conhecimento histórico e o debate de questões ambientais neste início de século. Como entender essa situação que, para muitos de nós, desponta constantemente e de maneira angustiante?

Um dos desafios para ultrapassar essa situação, sem dúvida alguma, está na superação dessa incômoda sensação, a de que estamos inertes no tempo, na atualidade, compreendendo melhor o tempo em que vivemos. Em essência, essa sensação de aprisionamento e paralisia no tempo presente é produto de um intenso ritmo de recriação, fragmentada e descontínua, da memória coletiva. Os processos produtivos que emergiram com a revolução técnica e informacional, no fim do século XX, induzem a um desabamento sistemáticos dos referenciais do passado, um dos elementos mais densos e poderosos na atribuição de sentido à vida social e de identidade aos indivíduos, e que altera igualmente as paisagens e a organização do espaço. Esta de-

formação da memória coletiva suscita a indagação quanto à própria natureza dessa memória e dos artifícios da sua elaboração, destruição e recriação sistemática. Esta é uma reflexão na qual os historiadores têm algo a contribuir, pois a história é uma das principais formas de construção e reprodução da memória coletiva.

A história ambiental pode desempenhar um importante papel nesse esforço de decifração do mundo, ao mesmo tempo em que abre aos historiadores mais uma oportunidade de explorar um campo de trabalho em expansão. Daí a importância de sensibilizar pesquisadores, professores e estudantes para esse tema tão presente no cotidiano das pessoas e dos profissionais de História.

A elaboração de um programa de trabalho de História Ambiental requer a definição de alguns eixos da abordagem dos historiadores. Devem ser levadas em conta as necessidades intelectuais e materiais no estudo da história, como a delimitação de seu objeto teórico, as problemáticas a serem pesquisadas, as questões interpretativas que se abrem, as fontes e a documentação, a historiografia existente sobre as temáticas ambientais. Segundo Peter Burke, em momentos assim, as dificuldades afloram em decorrência de os historiadores estarem “avançando em território não familiar” (Burke, 1992: 21).

Deste conjunto de instrumentos de trabalho, dois eixos de questões são ordenadores da prática historiográfica, o da fundamentação teórica e o das problemáticas na pesquisa. Estes dois eixos foram articulados aqui, largamente, sob o estímulo das idéias contidas no

mente o historiador para orientar o seu trabalho” (Fontana, 1998: 9). Em seguida, destacaram-se algumas das potencialidades que a história ambiental no Brasil comporta para a realização de pesquisas. Por fim, um breve comentário procurou conferir validade a essa abordagem do passado nos dias atuais, sobretudo no caso brasileiro.

## Os historiadores e o meio ambiente no Brasil

A História Ambiental no Brasil encerra grandes possibilidades que, desde logo, afugentam os riscos de uma “historiografia de imitação” ou de mimetismo acadêmico das modas intelectuais européias e norte-americanas, pois contém inúmeras perspectivas de trabalho que desafiam a imaginação inventiva e a criatividade dos historiadores.

Dada a sua formação social e econômica e as características físicas de seu território, no Brasil, a natureza foi objeto e presença incontornável na historiografia. Uma peculiar visão social da natureza, inerente aos espaços e tempos que marcaram a história do país, ainda que a referência européia tenha perdurado como contraponto principal, foi elaborada e sedimentada ao longo desses quinhentos e tantos anos de registros da terra e da gente dessa porção do globo (Belluzzo e Mo-



*La Laguna de la Isla recibe aguas de deshielo de los Picos sin Nombre. Sierra Nevada del Cocuy. Colombia secreta, Villegas Editores.*

*Foto: Andrés Hurtado*

“Epílogo à edição brasileira”, do livro *História: análise do passado e projeto social*, do historiador catalão Josep Fontana. Desta forma, buscou-se identificar uma fundamentação teórica para a História Ambiental no Brasil, em consonância com aquele autor, para quem a teoria da história constitui o “pensamento de que se serve efetiva-

raes, 2000). Logo, a abordagem das questões ambientais pela historiografia pode partir destas características culturais, em busca daquilo que singulariza a sociedade brasileira e as relações que estabeleceu e estabelece com o mundo natural.

Na historiografia remota e recente encontramos autores que atentaram para essas especificidades. Sérgio Buarque de Holanda, por exemplo, observou que as relações com a natureza no Brasil estiveram marcadas por uma conduta de geração de “riqueza que custa ousadia, não riqueza que custa trabalho”, caracterizada pela ausência de “vontade criadora” do colonizador. Caio Prado Júnior foi enfático em sublinhar como traço permanente nas atividades econômicas, da colonização ao século XX, o caráter predatório e perdulário do aproveitamento das riquezas da terra, o desbaratamento de um capital. O historiador norte-americano Warren Dean, por sua vez, notou que as queimadas e o nomadismo da agricultura praticada por proprietários de terras, grandes e pequenos, no Brasil do século XIX, responderam por uma concepção dos produtos naturais como “recursos transitórios”, sem se preocuparem com a preservação ou a reposição das condições de disponibilidade desses recursos. Incluía-se neste elenco não apenas os produtos extraídos das matas, como a madeira, a lenha, os cipós e o carvão, mas indistintamente a cal, o ferro, a água, a fauna e a flora (Holanda, 1981; Prado jr, 1971; Dean, 1996).

Na trilha desses autores, a História Ambiental pode passar em revista a própria história do capitalismo no Brasil, atentando para as

formas de uso e exploração da natureza ao longo do tempo e no espaço. Nesta perspectiva, a exploração da natureza foi realizada *pari passu* com a exploração do trabalho de indígenas, africanos, libertos e mestiços, brancos pobres livres. José Augusto Drummond, já havia proposto uma revisão dos “ciclos econômicos da história colonial e independente do Brasil, em clave ambiental” para identificar os tipos de sociedade que se formaram com a exploração de diferentes produtos naturais e suas conseqüências (Drummond, 1991: 195). A violência contra a natureza esteve acompanhada, e de perto, pela violência

contra os seres humanos. No caso brasileiro, as fontes e documentação para uma História Ambiental podem ser, inicialmente, aquelas já utilizadas e conhecidas pela historiografia, examinadas, agora, sob novas lentes do historiador. Este pode ser um caminho seguro para identificar os problemas fundamentais e rejeitar as facilidades de um discurso vulgarizador, este longínquo apelo do historiador francês Emmanuel Le Roy Ladurie, já em 1974.

Um exemplo da idéia de que a violência contra a natureza é precedida pela violência social, pode ser encontrado no estudo do geógrafo



*Patío Bolas,  
Sierra Nevada  
del Cocuy. Pan  
de Azúcar y cerros  
de La Plaza.*

José Ferrari Leite, sobre o Pontal do Paranapanema, no extremo oeste do estado de São Paulo. O livro destacou um episódio de devastação em escala industrial. Em agosto de 1973, herbicidas contendo “agente laranja” foram utilizados para extirpar as matas remanescentes na margem direita daquele rio. O efeito resultou no desfolhamento das árvores em questão de horas, e provocou o morticínio de animais domésticos e silvestres, além da destruição de plantações no entorno da área. A força dos ventos multiplicou os estragos afetando plantações até no Mato Grosso (Leite, 1998: 174-175).

Um grande potencial de pesquisa também pode ser encontrado na reflexão a partir da memória coletiva, sobretudo rural e ambiental, bastante forte no Brasil, ainda hoje, e profundamente enraizada no tempo e na vida social. Refiro-me a uma certa idealização da natureza. A que apresentou a natureza no Brasil como portadora de riquezas infinitas e inesgotáveis, dada a exuberância da vegetação, abundância da água, diversidade da fauna e da flora, fertilidade dos solos, entre outros aspectos. Em larga medida, esta impressão deriva de um acúmulo de esforços empreendidos pelas ciências naturais, e que remontam aos

tempos de colônia e do Império, fortemente marcados seja pelo fantasioso ou pelo utilitarismo econômico (Holanda, 1977; Prestes, 2000; Munteal, 2000). Nesta perspectiva, ao longo do século XIX, ainda que difusas e esparsas, não faltaram manifestações de assombro e de alertas para a mudança de comportamentos no aproveitamento dos recursos naturais no Brasil (Pádua, 2002; Marquese, 1999).

Esta memória alimenta uma indagação recorrente, sobre como um país que dispõe de produtos naturais abundantes possui e reproduz incessantemente um quadro social historicamente maculado pela desigualdade social e a espoliação econômica, entre outras manifestações aparentemente contraditórias.

Neste ponto, a História Ambiental no Brasil pode lançar luz sobre a racionalização das desigualdades sociais e dos interesses econômicos, contida na mistificação do “progresso”, dos benefícios ou malefícios do emprego da ciência e da tecnologia na “conquista” da terra e da natureza e outros mitos criados, cotidianamente, pela mídia, governos, empresas, movimentos ambientalistas, cientistas e acadêmicos em geral. Em suma, todas as racionalizações produzidas como fonte de legitimação, aceitação e rejeição do tempo presente. Não caberia, por exemplo, empreender aquilo que Milton Santos apontou como o desmonte da ideologia da globalização? Desse conjunto de idéias que sustenta o sistema social que rege o mundo contemporâneo, na conceituação e na política? Enfim, das idéias e valores da competitividade, do autoritarismo, do raciocínio fundado na economia e



Colombia secreta,  
Villegas Editores.  
Foto: Andrés Hurtado

não na sociedade, da normatização da vida pela técnica, do abafamento do debate intelectual e da análise crítica (Santos, 2000b: 18-35).

O livro de Victor Leonardi, *Os historiadores e os rios*, é bastante estimulante e ilustrativo das potencialidades que a História Ambiental encontra no Brasil. Ao realizar e propor como estratégia de análise uma história das áreas ecológico-econômicas da Amazônia, atentando para as respostas humanas às limitações e potencialidades dos vários ecossistemas, fez emergir uma visão do passado que apreende as especificidades locais e regionais. Esta pode constituir-se em uma contribuição específica da historiografia brasileira ao trabalho do historiador, em particular, e ao conhecimento histórico em geral.

Estudando o vale do rio Jaú, afluente do rio Negro, o autor valoriza um enfoque na descontinuidade, na interrupção e no refluxo a um quadro social anterior, caracterizado por seguidas construções e desconstruções no tempo e no espaço. Não se trata apenas das sobrevivências, mas da recriação, desaparecimento e reaparição do povoado do velho Airão, até seu despovoamento e desaparecimento completo, tragado pela mata. Transcende, assim, simultaneamente, o binômio das mudanças e permanências, a continuidade nas dimensões temporais da longa duração, da conjuntura e do acontecimento, o fluir linear do tempo, em seus diferentes ritmos. Ressaltam as possibilidades do descontínuo, do retorno, da transferência e da imersão em um tempo não ocidental e quase analógico. Enfim, de outras dimensões da temporalidade, esta

que é uma das questões mais caras ao trabalho dos historiadores (Bloch, 2001).

Na perspectiva de análise aberta por Victor Leonardi, não há explanação de regras ou modelos gerais, absolutos, mas minuciosa e arguta percepção no questionamento dos acontecimentos e dados obtidos em uma diversificada pesquisa empírica. A História Ambiental seria expressão de singularidades sociais derivadas das particularidades regionais amazônicas. Esta diversidade ecológica seria inseparável das diversidades cultural e social. Por esta razão, o autor propõe a História Regional como ponto de partida para a História Ambiental. Uma história de seus rios e vales, pois se trata de um espaço no qual as comunicações sempre foram, e ainda são, preponderantemente fluviais.

A questão é saber se podemos nos valer desses procedimentos metodológicos para outras localidades do Brasil. Outras regiões do país, não aquáticas e florestais, estariam proscritas dessa possibilidade analítica? E aquelas com diversidade ecológica menos expressiva? Deveria variar, assim, o comparecimento dos componentes naturais no estudo das regiões? Convém lembrar que a História Ambiental é, antes de tudo, História. E o risco de “naturalização” dos processos sociais deve ser afastado, requerendo cuidado e atenção por parte dos historiadores. O desafio é, também, continuar a ser historiador, sem descaracterizar o trabalho empreendido por esta disciplina.

O problema teórico aqui não é menor, pois conduz a uma en-

cruzilhada que não pode ser aceita como limite ou como opção forçada, sob qualquer impulso, de um dos caminhos. Soluções demasiadamente simples para um mundo tão complexo como o atual. Por um lado, as vias abertas pela interpretação de Victor Leonardi sobre a ação humana no ambiente amazônico, ao longo de séculos, perseguem o tempo fragmentado, descontínuo, e ganham realce frente a práticas historiográficas contemporâneas que tenham, em alguma medida, o relativismo cultural como fundamento da escrita e dos objetos de estudo dos historiadores. Por outro, atomizam as análises, tornando a interpretação do passado restrita ao universo das localidades e atada às suas próprias peculiaridades. Estariam, então, inviabilizadas visões mais abrangentes e de conjunto, as sínteses interpretativas e, logo, reduzidas as possibilidades comparativas.

Esta é uma falsa dicotomia e não deve servir para alimentar antagonismos de qualquer tipo. Na avaliação de Peter Burke, “fatores materiais, do ambiente físico e de seus recursos, de longo prazo” guardam importância para os historiadores, uma vez que são a esses mesmos fatores que indivíduos, grupos e as construções culturais procuram adaptar-se ou responder (Burke, 1992: 35). A História Ambiental pode, então, ser desenvolvida a partir do estudo de diferentes concepções de natureza, o que significa refletir na chave do relativismo cultural e do multiculturalismo. Esta abordagem está, por exemplo, contemplada em programas educacionais estabelecidos, no Brasil, pelo Ministério da Educação (Brasil, 2001).

Compor um mosaico de investigações empíricas de âmbito local e regional é, sem dúvida, instigante, mas acredito, seria também insuficiente. Estas ganham novos significados quando colaboraram tanto para a dilatação dos estudos históricos, com o aporte de novos conhecimentos, quanto para o desenvolvimento da própria historiografia, com novos questionamentos e indagações. Estas contribuições são também formas de assegurar e promover o padrão de trabalho intelectual dos historiadores, uma vez que permitem vincular a prática da pesquisa com a reflexão, o “pensar historicamente”, diria Pierre Vilar. Ainda que aceitemos a avaliação de que os historiadores pouco se ocupam da reflexão, no amplo espectro das Humanidades, estes não podem deixar de estabelecer uma conexão lógica dos acontecimentos reconstituídos e explicados em uma narrativa. Em maior ou menor grau, mais ou menos consciente e voluntária, há sempre uma dimensão filosófica nos estudos de História. A articulação entre as histórias locais, regionais, nacional e mundial, dos “tecidos conectivos” existentes, ergue-se, aqui, como parte das atividades, a da crítica e a totalizadora, do ofício do historiador (Bodei, 2001: 69). Abre-se, então, um espaço de intersecção de métodos e técnicas de pesquisa, teorias e conceitualizações provenientes de distintos cantos da História e das demais ciências sociais, contribuindo para uma elucidação recíproca das instâncias da vida e da investigação social. O exercício de explicitação de marcos e questões teóricas, hipóteses, fontes, pode estimular a cooperação profissional nas práticas de pesquisa, a promoção do fecundo diálogo intelectual

e os debates entre historiadores e seus interlocutores nas demais áreas do conhecimento (Skinner, 1992: 187-188; Novais, 2002: 122-123).

Caberia indagar, então, movido por uma recomendação de Remo Bodei, o que podemos solicitar à História Ambiental (Bodei, 2001: 80)? O que esta abordagem pode oferecer para a compreensão da sociedade brasileira? E ao trabalho dos historiadores brasileiros no esforço de reconstituição e interpretação do percurso dessa sociedade no tempo? O que a História Ambiental, no Brasil, pode fazer para impulsionar o estudo da história entre nós? Para inspirar novas pesquisas? O estudo da apropriação e dos usos dos produtos naturais, dos segmentos sociais que foram beneficiados e prejudicados, no Brasil, pode contribuir para o esclarecimento das relações entre o desenvolvimento econômico e as injustiças sociais no país. No estado do Acre, por exemplo, foram precursores os debates sobre justiça social e meio ambiente (Silva, 1999: 189-205; D’Incao & Silveira, 1994). A História Ambiental no Brasil pode auxiliar na compreensão de “algumas das inumeráveis facetas da história de todos” (Bodei, 2001: 81).

### **Considerações finais**

O estudo do meio ambiente e de sociedades denominadas “tradicionais” tem sido valorizado nos últimos tempos (Cunha & Almeida, 2002; Begossi, 2004). A crescente perda do contato e do relacionamento mais próximo e direto com os produtos naturais, na vida cotidiana, estimula o interesse e a curi-

osidade pela natureza, os grupos e as comunidades que mantêm outras formas de interação com o mundo natural. O artesanato da palha, da madeira, da cerâmica, a culinária, a medicina natural de ervas e chás, o convívio doméstico com plantas e animais, são alguns traços de vida social, juntamente com o universo de valores e crenças que a sustenta, que perecem, sistematicamente, sob o impacto das sociedades industriais e de alta tecnologia, marcadas pela acumulação de capital. As formas de organização econômica e social, ditas “tradicionais”, não podem ser pensadas sem o contraste com o capitalismo neste início de século, pois é este quem lhes confere diferentes graus de “tradicionalismo”. É nesse momento que o historiador, então, pode perceber o mosaico de incontáveis especificidades locais, regionais, nacionais e mundiais. Valeria reler, aqui, as críticas de Caio Prado Júnior à compreensão de W. W. Rostow sobre as sociedades tradicionais na década de 1960 (Prado jr, 1989).

Tal como a história rural francesa descortinou o mundo do camponês, os estudos da História Ambiental, no Brasil, podem proporcionar maior e melhor conhecimento de um passado tecnológico, desenvolvido secularmente pelas sociedades não-capitalistas, e adequado, por exemplo, à agricultura nos trópicos, das indústrias domésticas e do artesanato familiar. Fazer emergir universos culturais de caboclos, ribeirinhos, quilombolas, pescadores e indígenas, entre outros. As mudanças e permanências impulsionadas pelos contatos e intercâmbios derivados de cinco séculos de sociabilidades crescentemente marcadas pela mercan-



tilização das relações sociais, a industrialização e as incessantes inovações tecnológicas. Pode-se, assim, perceber as relações entre o centro e as periferias do capitalismo a partir de novas indagações, abrindo espaço para novas formulações interpretativas.

Estes são temas, o meio ambiente e as populações tradicionais, estabelecidos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, e que, entre outros, o governo federal escolheu para compor a formação do cidadão brasileiro no século XXI. Se o conhecimento de culturas que pouco contato tiveram com o cientificismo moderno contribui para uma história menos linear, evolutiva e européia, gera, por outro lado, novos desafios para a compreensão do mundo atual pelos historiadores. A historiografia brasileira sempre foi pródiga em acolher e assimilar distintas contribuições, de várias correntes historiográficas internacionais, e poderia, no âmbito da História Ambiental, oferecer mais do que receber. Seja pela dimensão que as questões ambientais tem adquirido na sociedade neste novo século, seja pelo lugar que o mundo natural ocupou, e ainda ocupa, na sociedade brasileira. Sobre tudo, dado o vigor e as potencialidades de trabalho investigativo e analítico que a comunidade de historiadores brasileiros revelou nos últimas décadas (Cardoso & Vainfas, 1997; Freitas, 1998). A pesquisa e a reflexão sobre o passado ambiental, no Brasil, podem converte-lo em um ativo e fecundo laboratório do ofício de historiador.

A validade teórica dessa prática historiográfica, a História Ambiental, reside, fundamentalmente,

na constituição de um terreno para a reflexão crítica sobre o trabalho do historiador e, claro, sobre a paralisia enganadora dos tempos atuais. Enfim, um esforço de compreensão deste início de século, a partir das experiências sociais do passado brasileiro. Os historiadores podem, a partir daí, retomar os grandes problemas intrínsecos à formação da sociedade e do Estado no Brasil. O uso e ocupação da terra, as práticas agrícolas, os grandes projetos energéticos e de infraestrutura, políticas públicas para o meio ambiente, movimentos sociais em defesa da natureza, premissas e possibilidades para o desenvolvimento sustentável, os efeitos da industrialização e da urbanização nas bacias hidrográficas, programas de desenvolvimento local e regional, eliminação das desigualdades sociais são alguns deles. Há uma sólida tradição intelectual no país que pode ser mobilizada para novas interrogações sobre o passado e o presente. Em recente “ensaio temático”, José Augusto Drummond oferece inúmeros pontos de partida para o estudo da História Ambiental no Brasil (Drummond, 2002).

Por fim, acredito que as dificuldades e as potencialidades, apontadas anteriormente, sejam partilhadas por um número maior de profissionais, e não só os das ciências sociais, dentro e fora da universidade. Provavelmente também não estão confinadas à História Ambiental, espalhando-se em outros domínios do conhecimento histórico.

---

## Bibliografia

ARNOLD, David, *La naturaleza como problema histórico: el medio, la cultura y la*

*expansión de Europa*, Trad. R. Elier, México, Fondo de Cultura Económica, 2001.

BEGOSSI, Alpina (org.), *Ecologia de pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia*, São Paulo, Hucitec, 2004.

BELLUZZO, Ana Maria, “A propósito d’O Brasil dos viajantes”, em: *Revista USP*, São Paulo, 30: 9-19, 1996.

BLOCH, Marc, *Apologia da história ou o ofício do historiador*, Trad. A. Telles, Rio de Janeiro, Zahar, 2001,

BODEI, Remo, *A História tem um sentido?*, Trad. R. Di Piero, Bauru, EDUSC, 2001.

BRASIL, Ministério da Educação, *Programa parâmetros em ação, meio ambiente na escola: guia do formador*, Secretaria de Educação Fundamental, Brasília, MEC/SEF, 2001.

BRASIL, Ministério da Educação / Secretaria de Educação Fundamental, *Parâmetros curriculares nacionais: História e Geografia*, 2ª ed., Rio de Janeiro, DP&A, 2000.

\_\_\_\_\_, *Parâmetros curriculares nacionais: Meio Ambiente e Saúde*, 2ª ed., Rio de Janeiro, DP&A, 2000.

BURKE, Peter (org.), *A escrita da história: novas perspectivas*, Trad. M. Lopes, 4ª reimp., São Paulo, UNESP, 1992.

CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (orgs.), *Domínios da História: ensaios e teoria e metodologia*, Rio de Janeiro, Campus, 1997.

CARVALHO, Marcos Bernardino de, *Uma geografia do discurso sobre a natureza*, São Paulo.

FFLCH/USP, (Dissertação de Mestrado - Geografia Humana, mimeo), 1991.

CASANOVA, Julián, *La historia social y los historiadores*, Nueva edición actualizada, Barcelona, Crítica, 2003.

CASTRO Herrera, Guillermo, “História Ambiental (feita) na América Latina”, em: *Varia História*, Belo Horizonte, UFMG, 26: 33-45, 2002.

CHAVEAU, Agnès & TÉTART, Philippe (orgs.), *Questões para a história do presente*, trad. I., S. Cohen, Bauru, EDUSC, 1999.

COMISSÃO Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, *Nosso futuro comum*, Rio de Janeiro, FGV, 1988.

CROSBY, Alfred W., *Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa: 900-1900*, 2ª reimp., trad. J. A. Ribeiro e C. A. Malferrari, São Paulo, Companhia das Letras, 2002.

- CUNHA, Manuela Carneiro da & ALMEIDA, Mauro Barbosa de (orgs.), *Enciclopédia da floresta*, São Paulo, Companhia das Letras, 2002.
- DEAN, Warren, *A ferro e fogo*, Trad. C. K. Moreira, São Paulo, Companhia das Letras, 1996.
- D'INCAO, Maria Angela & SILVEIRA, Isolda Maciel da (orgs.), *A Amazônia e a crise da modernização*, Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994.
- DOMINGUEZ, Heloisa M. B., "As ciências naturais e a construção da nação brasileira", em: *Revista de História*, São Paulo, USP, 135: 41-59, 1996.
- DRUMMOND, José Augusto, "A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa", em: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, FGV, 8: 177-197, 1991.
- \_\_\_\_\_, "Por que estudar a história ambiental no Brasil? Ensaio temático", em: *Varia História*, Belo Horizonte, UFMG, 26: 13-32, 2002.
- FONTANA, Josep, *História: análise do passado e projeto social*, Trad. L. Roncari, Bauru, EDUSC, 1998.
- FREITAS, Marcos Cézár de (Org.), *Historiografia brasileira em perspectiva*, São Paulo, Contexto, 1998.
- GONZÁLEZ de Molina, Manuel & MARTINEZ Alier, Juan (eds.), *Historia y ecología*, Madrid, Marcial Pons, 1993 (Ayer, 11).
- HEYNEMANN, Cláudia, *Floresta da Tijuca: natureza e civilização no Rio de Janeiro (século XIX)*, Secretaria Municipal de Cultura, 1995.
- HOBSBAWM, Eric J., *Tempos interessantes: uma vida no século XX*, trad. S. Duarte, São Paulo, Companhia das Letras, 2002.
- \_\_\_\_\_, São Paulo, Companhia das Letras, 2000.
- \_\_\_\_\_, *Sobre História*. Trad. C. K. Moreira, São Paulo, Companhia das Letras, 1998.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de, *Raízes do Brasil*, 14ª ed., Rio de Janeiro, José Olympio, 1981.
- \_\_\_\_\_, *Visão do Paraíso*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1977.
- IANNI, Octávio, *Desafios da globalização*, Petrópolis, Vozes, 1998.
- \_\_\_\_\_, *A era do globalismo*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1996.
- LADURIE, Emmanuel Le Roy, "Histoire et environnement", em: *Annales - Économies, sociétés, civilisations*, Paris, 29 (3): 537, 1974.
- LEITE, José Ferrari, *A ocupação do pontal do Paranapanema*, São Paulo, Hucitec/Fundunesp, 1998.
- LEONARDI, Victor, *Os historiadores e os rios*, Brasília, UNB / Paralelo 15, 1999.
- MARQUESE, Rafael de Bivar, *Administração & escravidão: idéias sobre a gestão da agricultura escravista brasileira*, São Paulo, Hucitec/Fapesp, 1999.
- MORAES, Antonio Carlos Robert, *Meio ambiente e ciências humanas*, 3ª ed., São Paulo, Hucitec, 2002.
- \_\_\_\_\_, *Bases da formação territorial do Brasil*, São Paulo, Hucitec, 2000.
- NOVAIS, Fernando A., "Entrevista", em: IN MORAES, José Geraldo Vinci de & REGO, José Marcio (orgs.), *Conversas com historiadores brasileiros*, São Paulo, Ed. 34, 2002.
- MICHALET, Charles-Albert, *O capitalismo mundial*, Trad. S. M. Cordaro, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.
- MUNTEAL Filho, Oswaldo, "A Academia Real das Ciências de Lisboa e o império colonial ultramarino (1179-1808)", em: IN FURTADO, Júnia Ferreira (org.), *Diálogos oceânicos*, Rio de Janeiro, Objetiva, 2000.
- PÁDUA, José Augusto, *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2002.
- PONTING, Clive, *Uma história verde do mundo*, Trad. A. Z Campos, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995.
- PRADO JR, Caio, *História e desenvolvimento*, 3ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1989.
- \_\_\_\_\_, *Formação do Brasil contemporâneo*, 11ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1971.
- PHILIPPI JR, Arlindo et alli (eds.), *Interdisciplinaridade em ciências ambientais*, São Paulo, PNUMA/MCT/Signus, 2000.
- PRESTES, Maria Elice B., *A investigação da natureza no Brasil colônia*, São Paulo, Annablume/FAPESP, 2000.
- RIBEIRO, Wagner Costa, *A ordem ambiental internacional*, São Paulo, Contexto, 2001.
- SANTOS, Milton, *A natureza do espaço*, São Paulo, EDUSP, 2002.
- \_\_\_\_\_, *Por uma outra globalização*, Rio de Janeiro/São Paulo, Record, 2000.
- \_\_\_\_\_, *Território e sociedade: entrevista com Milton Santos*, São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2000.
- SILVA, Marina, *Florestas, cidades e florestas: entrevista com a senadora Marina Silva (PT/AC)*, Projeto História, São Paulo, EDUC/FAPESP, 19: 189-205, 1999.
- SKINNER, Quentin (dir.), *As ciências humanas e os seus grandes pensadores*, Trad. T. Curvelo, Lisboa, Dom Quixote, 1992.
- SOULET, Jean-François, *L'histoire immédiate*, Paris, PUF, 1994.
- THOMAS, Keith - *O homem e o mundo natural*, Trad. J. R. Martins Filho, São Paulo, Companhia das Letras, 1988.
- VIEIRA, Alberto (ed.), *História e Meio-Ambiente: o impacto da expansão européia*, Funchal/Portugal, Centro de Estudos de Historia do Atlântico, 1999.
- VILAR, Pierre, *Pensar historicamente: reflexiones y recuerdos*, trad. R. Congost, Barcelona, Crítica, 1997.
- VILAR, Pierre, *Desenvolvimento econômico e análise histórica*, trad. E. Nogueira e C. Jardim, Lisboa, Presença, 1982.
- WILSON, Edward O. (ed.), *Biodiversidade*, Trad. M. Santos e R. Silveira, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1997.
- WORSTER, Donald, *Nature's economy: a history of ecological ideas*, New York, Cambridge University Press, 1997.
- \_\_\_\_\_, "Para fazer História Ambiental", *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, FGV, 4 (8): 198-215, 1991.

